

PARECER Nº _____

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Projeto de Lei nº 0024-2011

Autor: **Vereador EDIVALDO VIEIRA DA ROCHA**

“Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao 'bullying' escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e particulares de educação básica no município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista”

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reunida nesta data, ouviu os argumentos do Vereador Relator e concluiu pela ilegalidade da matéria.

Dessa forma, a maioria dos membros da Comissão, acatando o relatório do membro nomeado como Relator, emite **PARECER ILEGAL** ao Projeto de Lei nº 0024-2011, reservando ao Plenário a decisão final.

O voto em separado do Vereador Edivaldo Vieira da Rocha, contrário à posição desta Comissão, exarado nos termos do inciso III, § 3º, do art. 107, do Regimento Interno, faz parte integrante deste parecer.

Palácio Legislativo Água Grande, 16 de março de 2011.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação:

1. **ALMIRA RIBAS GARMS**

Presidente da Comissão

1. **MAURO GOLDIN**

Secretário e Relator

VOTO EM SEPARADO – PARECER DA
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Projeto de Lei nº **0024-2011**

Autor: **Vereador EDIVALDO VIEIRA DA ROCHA**

“Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao 'bullying' escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e particulares de educação básica no município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista”

Manifesto meu voto contrário às conclusões do Vereador Relator, as quais foram acatadas pela maioria dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, pelas razões a seguir expostas:

Entendo que o presente Projeto vem ao encontro das ações que estão sendo desenvolvidas em todo país para evitar o bullying nas escolas, este comportamento inadequado que vem se alastrando e que pode acarretar sérias consequências ao desenvolvimento psíquico nas crianças, adolescentes e jovens.

Enfatizo que o objetivo deste Projeto é inserir os alunos de nosso município em um programa escolar que venha estimular o relacionamento interpessoal, valorizando e respeitando os demais, criando assim uma cultura de paz.

Respeito a justificativa apresentada no Parecer emitido pelo Procurador Jurídico da Casa, porém não concordo, uma vez que, vários Projetos, de iniciativa exclusiva do Sr. Prefeito Municipal, já foram protocolizados e tramitaram nesta Câmara Municipal, sem no entanto, terem sido considerados ilegais.

Dessa forma, nos termos do inciso III, § 3º, do art. 107, do Regimento Interno, manifesto meu voto em separado, contrário à posição da maioria dos membros da Comissão, firmando meu posicionamento **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei em questão.

Palácio Legislativo Água Grande, 16 de março de 2011.

EDIVALDO VIEIRA DA ROCHA
Vereador

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Projeto de Lei nº **0024-2011**

Autor: **Vereador EDIVALDO VIEIRA DA ROCHA**

“Dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao 'bullying' escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e particulares de educação básica no município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista”

RELATÓRIO

O Projeto de Lei em pauta foi encaminhado a este relator para análise e Parecer.

Este Projeto visa incluir medidas de conscientização, prevenção e combate ao 'bullying' escolar no projeto pedagógico elaborado pelas escolas públicas e particulares de educação básica no município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista.

O mesmo conta com Parecer Jurídico ilegal, que assim justifica:

“O presente projeto de lei invade esfera de administração ao impor obrigações ao Poder Executivo, numa clara infração ao princípio da separação dos Poderes, contido no artigo 2º da Constituição Federal.”

Assim, concordamos com o posicionamento do Procurador Jurídico da Casa, uma vez que, a justificativa do Projeto baseia-se principalmente no projeto pedagógico das escolas públicas e particulares de nosso município.

Estabelece ainda o presente Projeto de Lei, a capacitação de docentes e equipe pedagógica para implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema.

Nota-se que a presente proposição tem caráter eminentemente impositivo ao Poder Executivo, envolvendo e criando obrigações ao Departamento Municipal de Educação, ferindo assim o artigo 55, § 3º, Inciso III da LOM.

Analizando o presente Projeto de Lei, observamos que o mesmo não poderá lograr êxito, tendo em vista os vícios de ilegalidade que o maculam.

Dessa forma, o presente Projeto de Lei incide em insanável vício de iniciativa, exclusiva do Prefeito Municipal.

VOTO DO RELATOR

Analizados todos os aspectos que me competem, e considerando as razões expostas no relatório retro apresentado, apresento meu **VOTO CONTRÁRIO** a tramitação do projeto em questão, recomendando à Comissão que apresente Parecer pela **ILEGALIDADE** do Projeto de Lei.

Palácio Legislativo Água Grande, 14 de março de 2011.

2. **MAURO GOLDIN**
Relator